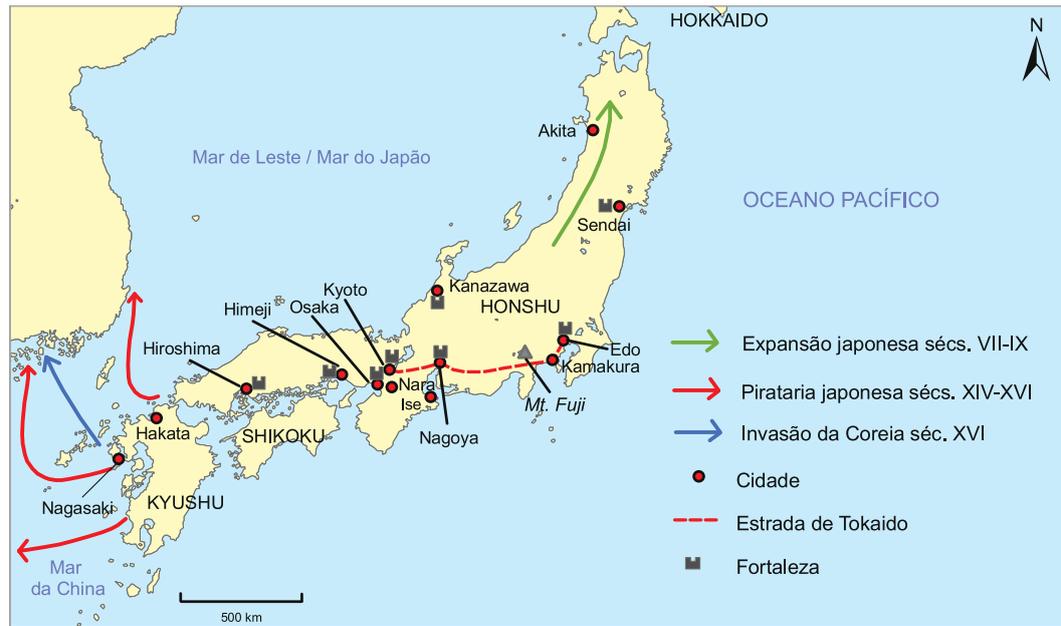


A Ásia-Pacífico e o primeiro estágio da globalização (séculos XV-XVII)

Doc. 1 →
Principais ilhas do arquipélago japonês (sécs. VII-XVII)



Atividade:

1. Indica duas consequências da localização geográfica do arquipélago japonês.

1. O Japão

1.1. A apropriação do contributo continental

Nipónico - Relativo a *Nippon* ou *Nihon*, termo de onde provém a palavra Japão; em japonês significa «País do Sol Nascente».

Ritsuryo - De *ritsu* - sanções penais e *ryo* - instruções para os funcionários.

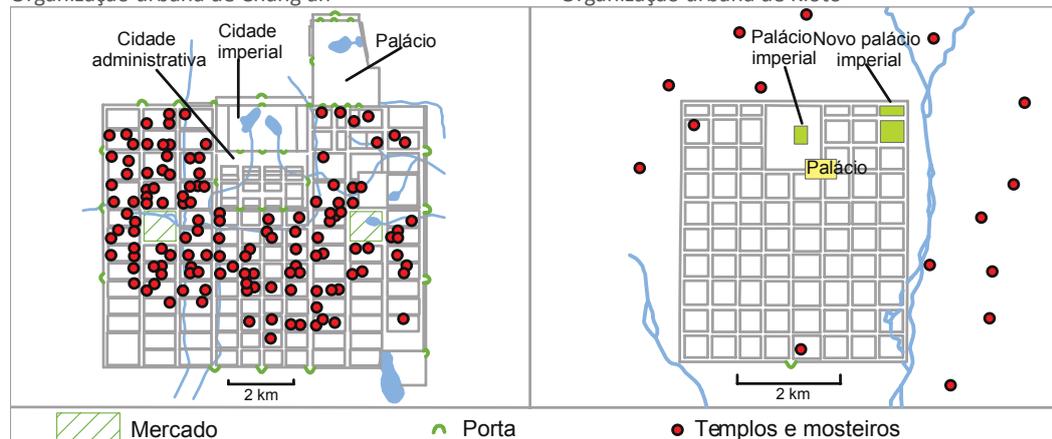
A proximidade geográfica entre o leste do continente asiático e o arquipélago **nipónico** contribuiu, desde muito cedo, para que o Japão recebesse os contributos do continente (**Doc. 1**). No entanto, o isolamento que o mar também garantia proporcionou ao Japão, durante séculos, a independência política e a construção de soluções originais.

Desde o séc. III d. C. destacou-se, de entre vários reinos, o de Yamato, que estabeleceu com os restantes do arquipélago uma relação de superioridade, de carácter imperial. Entre o séc. V e o séc. VIII d. C., no Estado assim constituído, foi decisiva a influência chinesa. Da China, através da Coreia, o Japão recebeu, em meados do séc. V, o sistema de escrita, e em meados do séc. VI, o budismo. Estes dois elementos difundiram-se entre as elites com influência sobre o Imperador, chegando o budismo a ser considerado religião do Estado. A conceção do poder político e da administração pública, em vigor na China, também se fez sentir no Japão. Na sequência de embaixadas à China, letrados japoneses estudaram naquele país e de lá trouxeram os princípios de respeito pela hierarquia e de lealdade para com o Imperador, e o de preparação dos funcionários com base no confucionismo.

Em meados do séc. VII, a influência do modelo chinês atingiu o máximo, com a aplicação de uma reforma, designada por *Taika*, ou «grande mudança». Foi nacionalizada a terra, reestruturada a hierarquia social, imposto um rígido conjunto de leis, conhecido como **ritsuryo**, criado um novo sistema fiscal, confiscadas as armas. Um conjunto de letrados profissionais e o primeiro recenseamento apoiaram este processo.

Doc. 2 ↓

Organização urbana de Chang'an

**Atividade:**

1. Revê o que estudaste sobre a China antiga. Elabora um pequeno texto em que identifies a influência chinesa nas medidas tomadas durante a reforma «Taika».
2. A partir das imagens explica a relação entre o modelo urbano adotado pelas capitais chinesa e japonesa.

No início do séc. VIII, o Imperador, numa tentativa de afirmação do poder, face às elites que tinham adotado o budismo, ordenou a elaboração da genealogia imperial, fazendo-a remontar a divindades da religião tradicional. Esta religião, o **xintoísmo** (de *tô*, «conduta», e *jin*, «dos deuses») integrava crenças animistas e rituais de purificação em torno de entidades sagradas, os *Kami*. A população reconhecia a presença dessas entidades em locais e forças da natureza, em divindades celestes, e mesmo em seres humanos considerados com virtudes especiais. Crônicas então encomendadas pelo Imperador, fixaram para a posteridade a sacralidade da família a que pertencia, estabelecendo assim uma ligação mais forte entre a crença popular, o Estado e a figura imperial - na China, o Imperador, embora «filho do céu», podia ser destituído se não respeitasse as leis divinas; no Japão, a sua sacralidade impedia a destituição.

Nos finais do séc. VIII, era ainda forte no Japão a influência continental. A presença da China era visível no modelo reticulado de edificação (em 794) da nova capital, *Heiankiô* - Kioto, «Cidade da Paz e da Tranquilidade» - semelhante ao da capital chinesa, Chang'an (**Docs. 2 e 3**). Estava ainda presente nos templos e nas esculturas budistas e nas primeiras obras impressas. A influência continental, euro-asiática, trazida pela «Rota da Seda», manifestava-se também nas artes decorativas.

Mas, paralelamente, o Japão foi definindo um caminho próprio. Nos sécs. VII a IX verificou-se a expansão para norte do arquipélago (**Doc. 1**), com recurso a milícias que se fixavam nos novos territórios. Dessa expansão resultou o alargamento dos recursos económicos, mas também a afirmação da nobreza militar. O título de *sei tai-shôgun* - **xógum** - ou «general vencedor dos bárbaros», começou então (790) a ser atribuído pelo Imperador.

Doc. 4 →
A Corte de Kioto -
Concurso de poesia na
festa das cerejeiras em
flor

Cerca do vigésimo dia do segundo mês o Imperador ofereceu uma festa sob as cerejeiras do Pavilhão Sul. A Imperatriz e a mãe do Príncipe Herdeiro sentaram-se nos lugares que lhes estavam destinados, respetivamente à esquerda e à direita do trono. Príncipes imperiais, nobres e aficionados da poesia chinesa, depois de terem participado no sorteio prévio destinado a determinar os esquemas métricos e os temas das composições começaram a compor. [...] A maioria estava pálida de apreensão e, sobretudo, os poetas comuns, nesses tempos em que o Imperador e o Príncipe Herdeiro se distinguiam pelo seu saber. [...] Escusado será dizer que o Imperador convocara os melhores elementos em matéria de música.
Murasaki Shikibu, *Genji Monogatari* (séc.XI).

Atividade:

Recorrendo ao documento explica em que consistia o «refinamento» da Corte.

1.2. A transformação do poder imperial e o início da época feudal

Formas literárias inovadoras - Novas formas poéticas e o primeiro romance da literatura universal, o *Romance de Genji*, da autoria de Murasaki Shikibu, dama da corte.

Bakufu - Termo que significa «tenda do estado-maior», em articulação com as funções militares atribuídas.

A integração das novas terras, em sequência da expansão, levou ao aumento da propriedade privada e ao reforço da nobreza. As grandes famílias, presentes na Corte, mas ausentes das terras, delegavam o controlo destas em guerreiros locais, não pertencentes à aristocracia cortesã, mas que iam ganhando importância. Por sua vez, os camponeses - 95% da população -, sobrecarregados de impostos e não tendo condições para adquirirem as ferramentas necessárias para desbravarem o solo, obtinham uma fraca produção, situação que se agravava por ocasião de epidemias. Endividavam-se então e perdiam progressivamente as terras que, no final do séc. VIII, tinham sido autorizados pelo Estado a conservar. Colocavam-se, por isso, sob a proteção da nobreza e dos templos, de quem ficavam dependentes. Nobres e instituições religiosas, a quem o Imperador concedia isenções de impostos, aumentavam assim a sua influência.

A partir do séc. IX, a redução do poder efetivo do Imperador acentuou-se. As grandes famílias, de onde tradicionalmente provinham a Imperatriz e as restantes esposas do Imperador, passaram a dominar a cena política, através do ascendente que a ligação familiar aos futuros imperadores lhes proporcionava. Por vezes o Imperador abdicava e recolhia a um mosteiro, de onde governava, tentando subtrair-se à influência da nobreza.

Durante os sécs. X e XI, a situação agravou-se, mas apesar disso o Imperador conservou uma autoridade simbólica que remontava à sua origem, considerada divina. O imperador não era o chefe militar mas o garante do cumprimento das cerimónias rituais. A corte imperial constituiu-se nessa época como um pólo de refinamento cultural (**Doc. 4**), onde foram criadas **formas literárias inovadoras**, se desenvolveu uma nova caligrafia (*Kana*) e progressivamente se afirmou uma identidade cultural própria.

A partilha do poder político confirmou-se a partir de 1192, data em que a dignidade de xógum foi concedida a um influente senhor, Minamoto no Yoritomo. Com efeito, embora a legitimidade do cargo de xógum dependesse de concessão imperial, o Imperador perdeu, de facto, o controlo político direto. O novo xógum, grande senhor com mais de quinhentas propriedades, querendo marcar a importância do cargo atribuído, organizou a sede das suas funções - **bakufu** ou xogunato - em Kamakura, constituindo assim um pólo de poder paralelo à corte imperial, sediada em Kioto.



← **Doc. 5**

Armadura militar japonesa do período Edo: no elmo, o emblema da família; na mão, o leque de guerra.

Atividade:

Enuncia as condições que conduziram à afirmação dos «senhores da guerra», no Japão dos sécs. XII a XV.

A partir de Kamakura, o xógum organizou uma rede de ligações vassálicas, atribuindo cargos e terras - **feudos** - aos seus vassalos que passaram a dever-lhe **lealdade pessoal** direta. Estabelecia-se assim o **feudalismo**. Dependiam de nomeação pelo xógum os *shugo*, governadores que asseguravam o exercício da justiça e o recrutamento militar, e os *jitô*, regentes militares que também cobravam impostos. Os cargos eram atribuídos não em função do nascimento mas do reconhecimento de qualidades pessoais.

O desenvolvimento económico conseguido com esta administração controlada foi significativo. No séc. XIII, a produção de arroz cresceu, graças também a novas técnicas; aumentou o comércio, dinamizaram-se mercados, ativou-se a circulação da moeda.

No último quartel do séc. XIII, os ataques dos mongóis de Cublai-Cã (1274 e 1281), contribuíram para o reforço da nobreza guerreira e justificaram a reunião de poder civil e poder militar na mesma pessoa, o xógum. Tropas chinesas e coreanas uniram-se às japonesas para lutar contra os mongóis; esse esforço foi auxiliado por uma tempestade e um tufão - **ventos divinos**, segundo os japoneses - que destruíram a frota mongol e evitaram a invasão do Japão. No entanto, para os guerreiros que tinham aplicado os seus bens em armamento, a ausência de compensação, uma vez que não houve saque, conduziu ao descontentamento para com o xógum. No séc. XIV o Japão entrou num período de turbulência interna, de decadência do xogunato e de tentativas do Imperador para recuperar poder efetivo. Nas relações com o exterior, essa turbulência refletiu-se em repetidas ações de pirataria, de japoneses contra o litoral chinês e coreano (**Doc. 1**).

Da tentativa de recuperação do poder imperial e da intervenção dos senhores da guerra nesse processo resultou a existência de dois Imperadores (Corte do Norte e Corte do Sul), de 1336 a 1392. Nessa fase, o xogunato foi estabelecido em Kioto, na área Muromachi, mas o xogum foi perdendo autoridade efetiva, tal como tinha acontecido ao poder imperial.

De 1467 a 1477 o país entrou em guerra civil. A partir daí, e durante mais de um século, o Japão atravessou uma época de luta pelo poder, conhecida como *Sengoku*, «Estados em Guerra». Foi durante este período perturbado que os povos ocidentais chegaram ao Japão.

Feudo - Propriedade concedida a um vassalo pelo seu senhor, como garantia de prestação de serviço e manutenção de lealdade.

Lealdade pessoal - Os laços eram reforçados pela designação de filho, dada ao vassalo, a que correspondia o tratamento de pai, dado a Yoritomo; entre este e os seus vassalos não existiam intermediários.

Ventos divinos - Em japonês, *Kamikaze*.

Doc. 6 →
Nobunaga afirma o seu poder

No monte mais alto determinou Nobunaga mostrar a sua glória e magnificência, fazendo uma fortaleza muito rica, formosa e inexpugnável porque nas encostas do monte está a cidade edificada para as pessoas morarem [...]. E pela outra encosta do monte [...] mandou que os senhores e fidalgos fizessem as suas casas. Carta do jesuíta português Gaspar Coelho, vice-provincial da missão portuguesa no Japão, escrita em 1582

Terminado c. de 1612, constituía importante posição de defesa, no centro do Japão. No cimo, dois golfinhos de ouro.

Doc. 7 ↓

Castelo de Nagoya, construído por Tokugawa Ieyasu



1.3. A unificação e o estabelecimento do poder centralizado

Samurai - Inicialmente o termo significava servidor; depois, guerreiro.

A partir do séc XV a luta não se desenrolou apenas entre as grandes famílias, da antiga nobreza. A militarização dos cargos, desenvolvida desde o séc. XII, e a situação de guerra permanente conduziram à afirmação de guerreiros de origem modesta, sobrepondo-se aos antigos *shugo* e *jitô*. Estes novos senhores, os **dáimios**, recebiam os impostos em seu proveito; em troca ofereciam proteção às populações de quem estavam próximos. Nesse contexto, afirmaram-se três guerreiros que foram determinantes na resolução da situação de guerra permanente em que o Japão mergulhara e no processo de centralização do poder e unificação do país: Oda Nobunaga (1534-1582), Toyotomo Hideyoshi (1536-1598) e Tokugawa Ieyasu (1542-1616).

Nobunaga, um dáimio, expulsou o xógum legítimo, tomou Kioto e afirmou um poder pessoal autoritário, fora dos títulos vigentes. Redistribuiu feudos a homens da sua confiança, controlando os guerreiros (**Doc. 6**), e organizou um novo sistema fiscal. Padronizou pesos e medidas. Confiscou armas às populações rurais e perseguiu os monges budistas, acusados de terem instigado revoltas de camponeses. No entanto, talvez para sustentar a influência dos templos budistas (considerados um Estado dentro do Estado), autorizou a permanência dos missionários cristãos jesuítas que entretanto tinham entrado no Japão (1549).

Hideyoshi, soldado de origem camponesa, que apoiara Nobunaga, seguiu a sua política e, tal como ele, não quis o título de xógum, marcando a independência face ao Imperador. Redistribuiu terras, tornou reféns as famílias dos dáimios e proibiu-as de abandonarem os locais onde viviam. Obrigou os **samurais** a viverem em cidades fortificadas, impedindo-os de terem terras. Reintroduziu o antigo princípio da responsabilidade coletiva. Organizou, em 1590, um recenseamento. Iniciou perseguições aos cristãos, situação que se agravou com a chegada de missionários franciscanos (1593). A sua ação não se limitou ao arquipélago: em 1592 e em 1597 invadiu a Coreia, numa intenção expansionista (**Doc. 1**).

O terceiro guerreiro, Tokugawa (**Doc. 7**), terminou a unificação do Japão. Estabeleceu o centro do seu poder em Edo (Tóquio). Foi nomeado xógum, em 1603, pelo Imperador Go-Yozei.

Quando sua Majestade se desloca são centenas de homens de elite, a pé ou a cavalo, todos vestidos de seda negra, marchando à frente, atrás e dos dois lados, numa ordem perfeita [...]. Não se ouve uma palavra, nem da parte dos moradores, nem dos soldados que rodeiam o palanque do Imperador [...], somente se ouve o barulho que faz uma multidão de homens e de cavalos a deslocarem-se. As ruas [...] foram varridas e lavadas. As portas das casas devem estar abertas, mas ninguém se pode pôr à janela ou de pé, à porta [...], para ver passar Sua Majestade. Louis Caron (funcionário da Companhia Holandesa das Índias Orientais). *O Poderoso Reino do Japão* (1636).

← **Doc. 8**

A magnificência imperial

O samurai passa sem a tarefa do agricultor, do artesão e do mercador e limita-se a praticar este Caminho. Se alguém pertencente às três classes do povo comum transgredir os princípios morais, o samurai pune-o sumariamente e, portanto, promove na terra adequados princípios morais.

Yamaga Soko (séc. XVII)

← **Doc. 9**

Bushido - o «Caminho do guerreiro»

Atividade:

1. Apesar da dualidade de poderes, institucionalizada com a centralização na pessoa do xógum, a dignidade imperial manteve-se. Recorrendo ao texto (Doc. 8), justifica esta afirmação.
2. Indica o que pretendiam os xóguns que unificaram o Japão, com a redistribuição dos feudos.

A atuação política de Tokugawa Ieyasu (antigo rival de Hideyoshi, depois seu vassalo) afirmou-se no sentido de garantir a estabilidade do país e de recuperar a ortodoxia. A sua ação foi continuada pelo filho, em quem abdicou (para continuar a linhagem). Relativamente ao Imperador foram delimitadas as esferas de atuação, de modo a não pôr em causa a paz, e a partir de então, todas as nomeações imperiais passaram a ser aprovadas pelo xógum.

Para firmar a lealdade e a subordinação dos seus vassallos, o xógum redistribuiu novamente os feudos. Pela mesma razão, os dáimios foram obrigados a residir, em cada ano, alternadamente, nas suas terras e em Edo, onde as famílias dos menos submissos deviam obrigatoriamente permanecer. Foi reorganizada a sociedade, tornando os grupos sociais hereditários e fixando a hierarquização das classes num sistema conhecido como *shi-no-ko-sho* (guerreiro-camponês-artesão-mercador). Fora desse esquema encontravam-se, no topo, as classes superiores, nobres da corte e clero; numa situação inferior, a *eta* («grande lixo») e a *hinin* («não-pessoas»). Estes dois últimos grupos realizavam atividades consideradas impuras, como enterrar os mortos, ou duvidosas, como a venda ambulante e o teatro. Foi codificada legalmente a divisão social estabelecida, através da elaboração de regulamentos para todos os grupos sociais, fixando o vestuário, a residência, o tipo e local de trabalho e até os alimentos. Para maior controlo, foi impedida a mobilidade da população: exigia-se a apresentação de autorizações de viagem entre os domínios, sendo proibida a deslocação em veículos com rodas; existia recolher obrigatório. Reafirmou-se o princípio da responsabilidade coletiva; fixaram-se severos castigos para os infratores.

Nesta sociedade, agora autocraticamente pacificada, o grupo social dos samurais, cerca de 6% da população, deixava de ser justificado por necessidades militares. Exigia-se-lhe disciplina e exemplo (**Doc. 9**), a ponto de se considerar que uma das divisões sociais mais importantes era entre samurais e não samurais e, entre estes, entre cidadãos e não-cidadãos.

Doc. 10 → Uma coisa há no Japão diferente de quase todos os outros reinos [...] é que para melhor se poder dilatar a lei de Deus e ter melhor entrada nos reinos, em que no tempo de paz não é possível, quando sobrevêm as guerras, então se começa a negociar melhor esta pescaria espiritual.
O interesse missionário, segundo o jesuíta Luís Fróis (1586)

Doc. 11 → Foi-vos proibido trazerem para o Japão padres ou discípulos seus. Reforçamos esta interdição e atualizamo-la pelos artigos seguintes: se de hoje em diante encontrarmos num dos vossos navios, ou em companhia de algum de vós, um padre ou qualquer um dos seus partidários, ornamentos ou objetos do seu culto, escritos relacionados com a sua religião, qualquer que seja a língua em que estejam escritos, esse navio será destruído, com toda a carga que contenha e pessoas que transporte. Contudo, se qualquer um, mesmo membro da tripulação, denunciar a infração, será libertado e receberá uma boa recompensa em dinheiro. Mas este perdão não se estende nem ao navio, nem à carga, nem a nenhuma das pessoas transportadas.
Édito, lido e entregue pelas autoridades japonesas aos capitães e patrões de barcos chineses

Atividade:

1. Indica os objetivos das medidas estabelecidas pelo édito das autoridades japonesas.

1.4. A afirmação do nacionalismo; o fechamento ao exterior

Da situação de guerra endémica dos sécs. XIV a XVI emergiu o processo de centralização e de reforço da identidade do Japão. Nesse processo inseriram-se duas medidas fundamentais: as perseguições aos cristãos e a limitação dos contactos dos japoneses com o exterior.

Os portugueses tinham entrado no Japão, em meados do séc. XVI (1543), movidos por uma dupla intenção: a realização de um comércio lucrativo e a expansão da fé cristã. O momento, na perspetiva da história interna do Japão, não podia ser mais complexo. Revoltas e guerra generalizada, incêndios e destruição de cidades, afirmação pessoal de guerreiros, instabilidade social. A batalha de Sekigahara, em 1600, marcou finalmente o triunfo de Tokugawa Ieyasu; a sua nomeação como xógum abriu uma nova época que perdurou até ao séc. XIX. Iniciou-se assim longo período de estabilidade, designado como Edo, o nome da cidade sede do poder xogunal. Ora a entrada dos ocidentais (portugueses e, depois, outros povos), em pleno processo de unificação do Japão, despertou a consciência nacional, tanto mais que os ocidentais acabavam por ter influência nos negócios internos do Japão. Os exércitos de Nobunaga usaram, pela primeira vez, armas de fogo introduzidas pelos portugueses; os missionários cristãos circulavam de domínio em domínio (**Doc. 10**), no decurso das lutas entre os dáimios, no intuito de conseguirem conversões (o primeiro dáimio convertido foi Omura Sumitada, em 1563); o clero ocidental tornou-se predominante no porto de Nagasaki. E se a instabilidade da segunda metade do séc. XVI podia originar conversões ao cristianismo, e a caridade e compaixão pregadas pelo budismo podiam fazer com que os missionários ocidentais vissem semelhanças entre as duas crenças, a verdade é que a natureza de religião monoteísta que é a do cristianismo, e a sua mensagem de igualdade social chocavam com as crenças tradicionais japonesas e desestabilizavam a rígida organização social que, no Japão, tinha constituído a resposta à necessidade de pacificação.

As primeiras perseguições ocorreram em 1597; em 1614 o cristianismo foi banido e os missionários expulsos; em 1639, foram banidos todos os estrangeiros à exceção de chineses, coreanos e holandeses.



← **Doc. 12**
Tensho Shubun - *Lendo*
num bosque de bambus



← **Doc. 13**
Sesshuo Toyo - *Vista de*
Ama-no-Hashidate

As decisões tomadas relativamente às relações com os estrangeiros acabaram por assumir um aspeto mais geral. Em 1635, aos próprios japoneses foram aplicadas medidas restritivas. Os que se encontravam no país foram impedidos de viajar e os que se encontravam no estrangeiro, proibidos de regressar. Foi proibida a construção de grandes navios e os que existiam só poderiam circular com carta de autorização do xogunato. O comércio com estrangeiros ficou confinado a Nagasaki.

Apesar da forma autocrática de pacificação do país, os efeitos da paz fizeram-se sentir. A produção agrícola cresceu; a população aumentou; as cidades desenvolveram-se, muito especialmente Tóquio. Nesta cidade, os quarteirões foram subdivididos de modo a circunscrever incêndios e a garantir o policiamento; foi encorajada a construção com normas de segurança.

Construíram-se castelos e palácios de recreio, surgindo novas formas arquitetónicas (**Doc. 7**). As residências da aristocracia e da burguesia foram embelezadas com pinturas e com jardins de elevado sentido estético. Nesses jardins, influenciados pelo budismo zen e pelo xintoísmo, recriava-se a natureza; o lago, os cursos de água, a disposição das pedras e da vegetação ofereciam-se à contemplação, facilitada pela construção de pequenas pontes; pavilhões próprios eram destinados à cerimónia ritual do chá.

A construção assim empreendida criou emprego. A melhoria das condições de vida dinamizou o comércio interno e ofereceu condições para o desenvolvimento de uma próspera classe mercantil. Mercadores e samurais tornaram-se protetores das artes e das letras, contribuindo para o desenvolvimento da produção artística a nível regional.

A pintura, arte intimamente relacionada com a prática da escrita (tal como na China, que muitos artistas continuavam a visitar) atingiu nos séculos XV e XVI um grande desenvolvimento. Os pintores de uma nova escola, Tosa, de gosto mais aristocrático, usaram como temas a natureza e a literatura tradicional. Desenvolveu-se também o gosto pela pintura de paisagens imaginárias, usando transparências para criar a ilusão de planos separados, sugerindo profundidade (**Doc. 12 e 13**).

Doc. 14 →

Portugueses aportam ao Japão - Biombo Namban

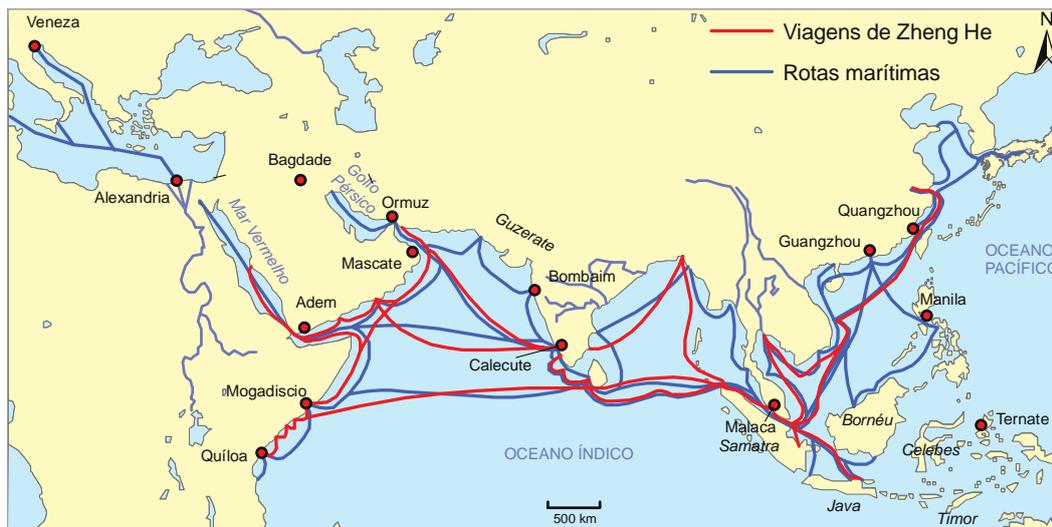


Namban - jin «bárbaros do sul», era a designação dada aos ocidentais que, no séc. XVI, entraram no Japão.

Nesta época, Sesshu Toyo, um dos mais importantes mestres (**Doc. 13**), destacou-se numa pintura monocromática, remetendo para princípios de meditação relacionados com a sua prática de budismo zen. Noutros pintores foi marcante a exploração da linha, de onde retiraram expressividade dinâmica.

Quanto à classe mercantil, apreciava novas formas de arte. E assim, enquanto Kioto continuava ligada às formas artísticas tradicionais, Edo, Osaka, Nagoya, Nagasaki tornaram-se centros de novas experiências. No teatro, surgiu o *kabuki* (o teatro tradicional, *nô*, era sobretudo do agrado da aristocracia e dos samurais), publicitado por cartazes que utilizavam a técnica da xilogravura. Esta técnica, usada para ilustração de livros (a partir de um processo recolhido da China), autonomizou-se, permitindo a multiplicação de imagens a partir de um original. Continuou, no entanto, a pintura em seda, em biombos e painéis, suportes que permitiam, pelo desenrolar e deslizar, a criação de ritmos estéticos. A escola Kano, elaborando obras de grande escala, respondia a um público que apreciava cenas de quotidiano e também os temas da natureza; utilizava uma técnica que usava folha de ouro e laca sobre papel. Era o caso dos biombos *namban*, onde podemos hoje ver o olhar japonês sobre os ocidentais (**Doc. 14**).

Esta época de estabilidade viu o desenvolvimento da educação, embora na sociedade da época, sem mobilidade, a educação fosse rigorosamente codificada. Nobres e samurais tinham mestres particulares. O jovem samurai estudava os clássicos chineses, exercícios físicos, artes militares, medicina. A classe mercantil criou escolas particulares, mas outros grupos sociais podiam usufruir do ensino gratuito proporcionado pelo clero e por samurais. Os textos confucianos constituíam manual escolar e base dos exames dos funcionários (verificava-se então, no Japão, um neo-confucionismo). Não obstante a hostilidade oficial aos estrangeiros, muitas das novidades da ciência europeia eram conhecidas no Japão, através dos holandeses. Apesar de debruçado sobre si mesmo, o Japão filtrava a influência estrangeira e dela se apropriava.



◀ **Doc. 16**
Do Pacífico ao Índico,
áreas de influência

2. As redes de comunicação no Sudeste Asiático e Mundo Oceânico

2.1. Permanências civilizacionais indiana, muçulmana, chinesa e japonesa

No século XV, a navegação marítima de longo curso afirmou-se como o veículo de uma mudança que viria a ser plenamente visível nos séculos XVI e XVII. Alguns historiadores, que designaram essa mudança como «abertura do mundo», tentaram mesmo compreender quais as áreas do globo que apresentavam maior dinamismo e que, por isso, podiam ter sido os motores daquela transformação.

Ora, no séc. XV, uma das regiões mais dinâmicas era a que articulava a margem ocidental do Oceano Pacífico e o Oceano Índico, e onde grandes Estados territoriais, de base agrária, interagiam com pequenos Estados-cidade mercantis.

Começamos pelo Pacífico, onde a entidade política mais importante era a China, governada então pela dinastia Ming, após a libertação do domínio mongol (dinastia Yuan). De cerca de 1405 a 1431-33, o Estado chinês fomentou uma série de expedições marítimas em direção ao Golfo Pérsico, ao Mar Vermelho e à costa oriental da África (**Doc. 16**). A navegação marítima não era, na China, uma novidade. Desde pelo menos o séc. IV, **juncos** chineses comerciavam no Sri Lanka e, desde o séc. VII, no Golfo Pérsico. Desde o século XIII, viagens comerciais de iniciativa particular uniam, com regularidade, o Pacífico ao Índico, pelo estreito de Malaca e pelo Mar de Java. A China exportava principalmente seda, cerâmica e outros produtos manufaturados, e importava madeiras, especiarias, produtos tropicais diversos e algodões indianos. No séc. XV, as viagens comandadas pelo almirante chinês muçulmano Zheng He diferiam das anteriores por serem apoiadas pelo Imperador - as sete viagens realizadas envolveram centenas de juncos e milhares de homens e foram verdadeiras missões diplomáticas em que se pretendia que fosse reconhecida a suserania chinesa.

Junco- Embarcação à vela, de casco duplo e por vezes triplo, de madeiramento ajustado com pregos; tinha diversos compartimentos e podia atingir grande dimensão, transportando mais de 700 tripulantes.

Doc. 17 →
A antiga Vijayanagara



Doc. 18 →
Conselhos aos
governantes

[O rei] deve desenvolver os portos do seu país e encorajar o comércio, de modo a que os cavalos, elefantes, pedras preciosas, sândalo, pérolas e outros artigos sejam livremente importados [...]. Deve preocupar-se em garantir que os marinheiros estrangeiros que aportem ao seu país [...] sejam bem tratados.
Krishnadeva Raya (soberano de Vijayanagara)
Amuktamalyada

Atividade:

1. Faz uma pesquisa no sentido de conheceres as razões que levaram a que o sítio arqueológico da antiga Vijayanagara seja hoje considerado património da humanidade.
2. Escreve um pequeno texto em que exponhas o interesse dos governantes chineses e indianos, do séc. XV, no comércio a longa distância.

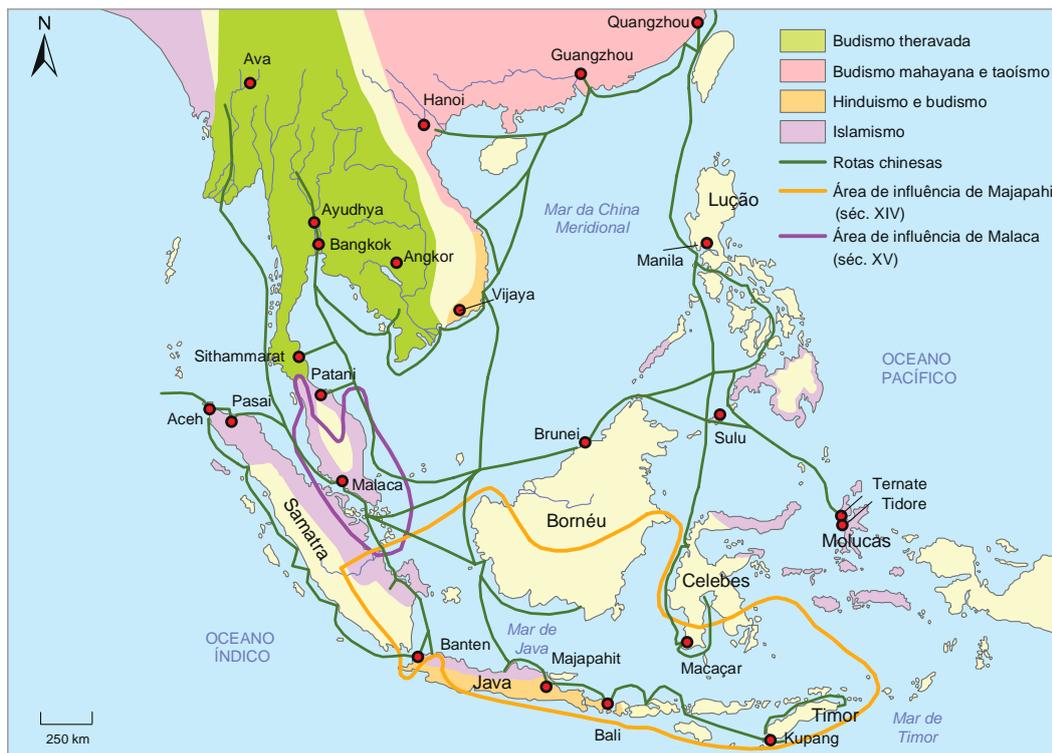
Burocracia chinesa - Um «Departamento dos Juncos de Comércio» geria os tributos provenientes das alfândegas.
Vijayanagara - Em sânscrito significa «Cidade da Vitória», o nome da capital do Estado e do próprio Império; era designado pelos portugueses como Império de Bisnaga.

Zheng He recolheu informações importantes sobre rotas e recursos e garantiu o pagamento de tributos à China por parte das populações contactadas, forma corrente na época de afirmação dos Estados mais poderosos. Contudo, não sabemos hoje, ao certo, o que teria motivado o interesse inicial do Estado chinês por estas viagens. Necessidade de ultrapassar a queda de lucros nas rotas terrestres? Impossibilidade de expansão para noroeste? Motivos políticos?

Do mesmo modo, também não sabemos por que razão, após a morte de Zheng He as expedições não continuaram. Maior interesse da corte imperial pelo Norte do País, com a deslocação definitiva da capital para Beijing? Canalização de recursos materiais para a defesa das costas sul, atacadas por piratas japoneses? Obstrução por parte dos funcionários que controlavam a **burocracia chinesa**? Maior interesse do Estado na colonização interna, pelo recurso a novas variedades de arroz, cultura exigente em mão-de-obra?

Apesar da interrupção do impulso estatal, desde as expedições de Zheng He, as comunidades chinesas foram presença importante nos reinos do sudeste asiático, desempenhando atividades comerciais, mas também funções de natureza política. As viagens de iniciativa particular continuaram, ativando-se os circuitos norte-sul, que integravam o Japão, as Filipinas, as Molucas e que, pelos estreitos de Malaca e de Sunda, atingiam o Índico.

Na área de influência do Oceano Índico, o Império hindu de **Vijayanagara**, no subcontinente indiano, era o mais importante Estado territorial de base agrária (**Doc. 17**). Fundado no séc. XIV, através da vitória sobre os pequenos reinos indianos que tinham sido dominados pelo sultanato de Delhi, viria a manter com Goa, cidade dependente do sultanato de Bijapur, uma relação comercial intensa. Nas regiões costeiras a sul de Goa existiam alguns senhorios independentes, dos quais o mais importante era o de Calecute.



Doc. 19
Transformações na Ásia do Sudeste, nos sécs. XIV/XV

Atividade:

Explica a importância do comércio na difusão das crenças religiosas

No início do século XVI, época da sua maior expansão, o Império de Vijayanagara dominava todo o sul da Índia - constituía assim uma afirmação da civilização indiana face à ocupação muçulmana que atingira o norte da Índia desde o séc. VIII. O poder do Império decorria quer do controlo dos vales férteis dos rios quer dos rendimentos proporcionados pelo comércio (**Doc. 18**).

Mas no séc. XV, os lugares da dinamização económica eram os circuitos marítimos e os seus portos de apoio. Os tráficos inter-regionais na Ásia do Sudeste articulavam-se com os que, percorrendo o Índico (**Doc. 19**), abriam depois para o Golfo Pérsico, o Mar Vermelho e a costa oriental de África.

Circulavam assim, seda e cânfora, da China; cravinho e noz moscada (especiarias caras), de Ternate e Tidore, nas Molucas; sândalo, de Timor; lacas, do Pegu; ruibarbo do Tibete; benjoim, do Sião, Samatra e Java; bétele e têxteis de algodão, da Índia; canela fina, do Ceilão; pimenta, de Samatra, Java e Calecute; gengibre, de Calecute e Cananor; ópio, do Egipto; cavalos da Arábia; armas, espelhos, água de rosas, do Mediterrâneo.

Por Ormuz se escoava o comércio entre a Índia e o Império Persa; por Beirute, na Síria, e Alexandria, no Egipto, se atingia a Europa, o que enriquecia o Império Mameluco, com os rendimentos das alfândegas. Quíloa, Mombaça e Melinde eram portos de acesso ao ouro, marfim e escravos e relacionavam-se mais estreitamente com a Arábia e a Índia.

Doc. 20 →

Malaca, segundo Pedro Barreto de Resende - *Livro das Plantas de Todas as Fortalezas, Cidades e Povoações do Estado da Índia Oriental...*, António Bocarro, 1635



Atividade:

1. Identifica as características da localização geográfica da cidade, reproduzidas na imagem.
2. Indica os elementos que demonstram que a imagem é posterior a 1511

2.2. A fortuna das cidades mercantis

Estas atividades comerciais entre o Índico e o Pacífico dependiam dos ritmos das monções que dificultavam as comunicações marítimas nos meses de Junho a Agosto; nos períodos de permanência condicionados pela monção, as cidades portuárias acolhiam multidões de mercadores. No século XV, de entre as mais dinâmicas no comércio oriental, conheceram uma fortuna especial Ormuz, Calecute e Malaca, grandes plataformas distribuidoras dos produtos comercializados. O desenvolvimento então atingido facilitou a autonomia destas cidades face aos estados territoriais vizinhos.

Estes pequenos Estados reexportavam quer produtos de alto preço quer produtos como os cereais, para consumo em massa, destinados a uma população em expansão. Desenvolviam estratégias de captação de clientes, como a descida das taxas alfandegárias (ou a ausência de taxação das exportações, como em Ormuz). Eram cidades cosmopolitas, acolhendo diversas comunidades de mercadores que difundiam novas crenças e hábitos, modificando o mapa cultural e económico das regiões onde se instalavam (**Doc.19**).

Assim, em regiões de antiga influência hindu e budista, as comunidades muçulmanas tornaram-se cada vez mais numerosas. Desde o séc. VIII, e sobretudo a partir do séc. XIII, o islamismo ganhara força expansiva no Extremo Oriente.

[No] porto de Malaca muitas vezes se acharam nele oitenta e quatro linguagens, cada uma por si, segundo afirmam em Malaca os moradores. E isto [respeita aos] que estão em Malaca, porque no arquipélago das ilhas que começam em Singapura [...] até Moluco há quarenta linguagens [...].

Neste tempo [séc. XV], Malaca tinha grande quantidade de mercadores, de muitas nações [...]. E os mercadores e tratantes no mar conheciam quanta diferença havia do navegar a Malaca, porque com todos os temporais estavam ancorados em segurança. E [...] começavam todos de vir a Malaca, pois achavam retornos. O rei de Malaca havia-se com eles mansamente e temperado, que é coisa que muito agradava aos mercadores.

Tomé Pires, *Suma Oriental* (1515)

← **Doc. 21**

Malaca na viragem do séc. XV para o séc. XVI

Atividade:

1. Justifica, a partir do documento, as razões que atraíam a Malaca os mercadores.

Regiões como Java, onde se tinha afirmado o Império de Majapahit, evidenciavam essa mudança cultural e política. Em meados do séc. XIV, este império aliava os recursos de uma base territorial agrícola aos rendimentos do comércio marítimo, cujo raio de ação atingia a Península malaia, Bornéu, Celebes, as Molucas e as pequenas Sunda, até Timor. Na viragem do séc. XIV para o séc. XV, o litoral norte de Java foi recebendo a influência islâmica e o Majapahit veio a ser o último dos grandes impérios hindus na região.

Em todos os locais do Sudeste asiático os muçulmanos tornaram-se cada vez mais intervenientes; constituíam família nos portos por onde passavam e a que, depois, retornavam; os seus filhos, educados na religião do pai, tornaram-se um importante elemento de difusão da crença islâmica.

No séc. XV, no contexto destas alterações, Malaca, Estado-cidade também islamizado, afirmou-se então como a grande metrópole entre o Índico e o Pacífico. Era inicialmente um pequeno porto pesqueiro, segundo a tradição fundado em 1403. Transformou-se num entreposto mercantil essencial, graças à sua situação geográfica - zona de calmaria, entre a China, o arquipélago indonésio e a Índia. A cidade tinha a defesa facilitada por cursos de água (**Doc. 20**); e apesar de rodeada pela selva tropical, criou riqueza a partir da atividade mercantil e da construção naval. Localizada no extremo da Península malaia, à beira do estreito a que deu o nome, controlava o riquíssimo tráfico extremo-oriental. Por isso, os portugueses a cobijaram e, em 1511, a conquistaram.

Do ponto de vista político constituía um sultanado. O seu rei convertera-se ao islamismo em 1414, sendo a suserania do sultão de Malaca reconhecida pelos pequenos reinos de Samatra e da Península malaia. No período de apogeu da cidade, a população oscilava entre 150 e 200 mil habitantes, dos quais cerca de 7% eram escravos (um elevado número pertencia ao sultão).

A variedade de produtos a que dava acesso, a liberdade de comércio, as reduzidas taxas cobradas aos mercadores estrangeiros residentes e o acolhimento oferecido às comunidades mercantis, atraíram numerosos mercadores (**Doc. 21**). Estes factores correspondiam, também favoravelmente, à necessidade dos mercadores em fazerem estas prolongadas.

Doc. 22 →
As persistências
de modos de vida
tradicionais

Os habitantes de Maluco [...] adoravam os planetas, sol e lua e as estrelas, [e] ídolos que faziam em honra de seus pais e avós; [Não tinham] nenhum conhecimento do primeiro Criador [nem ...] observância da religião, nem sacerdotes. [...] Não sabiam ler nem escrever, não tinham conta, peso ou medida [...]. Esta gente tem muitas e diversas linguagens [e...] cada lugar tinha seu senhorio [...]. Viviam em comunidade, cada um à sua vontade. Governavam-se por vozes dos mais velhos [...] Cuidavam pouco de semear e plantar [...] viviam como na primeira idade [...].

História das Molucas. Cap. XII

Atividade:

Explica o significado da expressão «viviam como na primeira idade».

Comandita- Sistema em que uma das partes investe o capital necessário ao negócio e a outra corre os riscos da viagem e realiza o comércio, sendo garantida, à partida, a percentagem a receber por cada parte. As taxas de lucro podiam atingir 50% numa viagem à Ásia do sudeste, 90% à Índia e 200% à China.

Quelins - Termo que indicava serem provenientes da região do antigo reino de Kalinga

De entre as comunidades de comerciantes estrangeiros, a mais considerada era de muçulmanos, da região de Guzerate, que assegurava a ligação com Cambaia e a costa ocidental da Índia, o Mar Vermelho, o Golfo Pérsico, o Império Mameluco e o Mediterrâneo. Seguidamente destacavam-se a comunidade de hindus, da região do Coromandel, denominados **quelins**, fazendo a ligação com a costa oriental da Índia, e a comunidade de chineses que respondia à ligação com o Pacífico e se responsabilizava pelas embarcações da China e do Japão. Os javaneses formavam a comunidade estrangeira mais numerosa, embora não tão rica como as anteriores. Dedicavam-se, em grande parte, ao aprovisionamento da cidade em produtos alimentares, como o arroz, vindo de Java, Sião e Pegu, e intervinham nos tráficos da Insulíndia, Molucas e Manila. Cada uma destas quatro comunidades vivia em bairros próprios e tinha um chefe, o *xabandar* que as representava junto do *bendara*, primeiro ministro e tesoureiro do sultão. As comunidades mais prósperas constituíam verdadeiras aristocracias, relacionando-se com a nobreza malaia. Havia ainda pequenas comunidades de arménios, judeus, luções, bengalis e pegus.

Em relação com a atividade mercantil, Malaca tinha uma economia fortemente monetarizada. Navios oriundos do ocidente de Malaca pagavam cerca de 6% sobre as mercadorias; os carregamentos da Insulíndia e do Extremo Oriente não pagavam impostos, mas os mercadores obrigavam-se a vender ao Estado 25% dos produtos, a preço inferior ao do mercado.

O sultão participava no comércio, nomeadamente através dos navios que possuía; cerca de 90% dos rendimentos do sultanado provinham das taxas alfandegárias. Estas, no entanto, eram baixas, constituindo assim um incentivo ao comércio inter-regional. No entanto, os preços resultavam da relação entre a oferta e a procura e representantes dos mercadores fixavam, em conjunto com representantes do sultão, o valor das cargas dos navios.

Grande parte das viagens era realizada em regime de **comandita**, forma de captar capitais, até de gentes com menos recursos financeiros. A importância da atividade mercantil desenvolvida pela cidade é visível numa obra (segundo se pensa, do séc. XV), que enunciava um conjunto de preceitos e de teorizações, conhecidos como «Leis de Malaca» (*Undang-undang Malaka*). Dela constavam normas de direito comercial, nomeadamente sobre condições de validade dos contratos e sobre a autoridade que poderia decidir, em caso de conflito; explicitava também as noções de capital e de usura.



← **Doc. 23**
Tradição artística
timorense



← **Doc. 24**
Costa marítima, em
Timor

Em suma, na viragem do século XV para o século XVI começavam a impor-se, na Ásia do Sudeste, sistemas económicos próprios da época moderna.

2.3. Persistência de sociedades sem escrita

Esta dinâmica e elaborada atividade comercial que se desenvolvia nas cidades costeiras, contrastava com a persistência de sociedades que conservavam formas de vida e de organização social anteriores ao aparecimento da escrita.

Nas cidades mercantis, de economia monetarizada, os negócios com exigências financeiras e prazos apertados estimulavam a concorrência e a iniciativa individual e criavam novas formas de relacionamento social; exigiam também controlo contabilístico e registos rigorosos. No entanto, em diversas ilhas do Pacífico continuavam a existir comunidades com ritmos de vida tradicionais, respeitando normas sociais ancestrais (**Doc. 22**), aproveitando os recursos naturais disponíveis, resistindo a alterações vindas do exterior. Mesmo quando intervinham em práticas comerciais que tinham lugar no litoral, salvaguardavam o controlo do interior, como era o caso de Timor (**Docs. 23 e 24**).

Em breve porém, tais formas de vida seriam subvertidas e se tornaria impossível que essas sociedades ficassem imunes às profundas mudanças trazidas pelos estrangeiros. Anteriormente ao séc. XV, a afirmação da influência islâmica tinha já contribuído para alterações. A viragem para o séc. XVI iria introduzir, no quadro geo-estratégico do Extremo Oriente, um outro elemento: as motivações, os interesses e as crenças dos europeus.

Começava então a esboçar-se a «primeira globalização».